

Bruxelas, 8 de maio de 2025  
(OR. en)

8686/25

ENER 115  
COMPET 343

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	7 de maio de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2025) 440 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Roteiro para pôr termo às importações de energia russa

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 440 final.

Anexo: COM(2025) 440 final



Estrasburgo, 6.5.2025  
COM(2025) 440 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO  
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ  
DAS REGIÕES**

**Roteiro para pôr termo às importações de energia russa**

# 1. INTRODUÇÃO

Em resposta à agressão da Rússia contra a Ucrânia em fevereiro de 2022 e em consonância com a Declaração de Versalhes dos Chefes de Estado e de Governo, a Comissão lançou o plano REPowerEU<sup>1</sup> em maio de 2022. O plano apelava a que se pusesse termo à dependência da Europa em relação à energia russa, mediante o reforço da eficiência energética, a aceleração da implantação das energias renováveis e a diversificação do aprovisionamento. Desde então, a implantação adicional de energias renováveis e as economias de energia permitiram uma redução anual de mais de 60 mil milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) nas importações de gás entre 2022 e 2024<sup>2</sup>, o que contribui para o abandono do gás russo.

Apesar destes esforços, em 2024, a UE ainda importou 52 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás russo [32 mil milhões de m<sup>3</sup> por gasoduto e 20 mil milhões de m<sup>3</sup> através de gás natural liquefeito (GNL) ou cerca de 19 % do total das importações de gás da UE], bem como 13 milhões de toneladas de petróleo bruto e mais de 2 800 toneladas de urânio<sup>3</sup> enriquecido ou sob a forma de combustível. Dez Estados-Membros importaram gás russo em 2024, três Estados-Membros<sup>4</sup> ainda importaram petróleo russo e sete importaram urânio enriquecido ou serviços de urânio da Rússia.

A dependência das importações de energia russa conduz a graves riscos económicos e de segurança para a União e para os seus Estados-Membros, uma vez que a Rússia tem recorrido constantemente ao aprovisionamento energético existente como arma para ameaçar a estabilidade e a prosperidade da União.

O presente roteiro descreve a estratégia da UE para eliminar progressivamente as importações de energia da Rússia que ainda subsistem. Define igualmente uma visão comum da Europa a trabalhar em conjunto e em solidariedade para assegurar um aprovisionamento energético alternativo e a preços acessíveis para todos os Estados-Membros, empreendendo simultaneamente uma ação conjunta para reduzir as receitas russas, que alimentam a sua máquina de guerra e ameaçam a estabilidade do continente<sup>5</sup>. A redução da dependência dos combustíveis fósseis reforçará ainda mais a segurança e a soberania energéticas da UE, em consonância com o seu objetivo de neutralidade climática.

O roteiro está integrado na nossa estratégia para impulsionar a competitividade e a resiliência da UE, bem como para acelerar a transição para as energias limpas. Com a adoção da Bússola para a Competitividade, em 29 de janeiro de 2025, a Comissão definiu uma trajetória abrangente e ambiciosa para recuperar a vantagem industrial da Europa. O Pacto da Indústria

---

<sup>1</sup> [COM\(2022\) 230 final](#).

<sup>2</sup> [Estatísticas do Eurostat sobre o aprovisionamento de gás natural](#). A Europa importou 273 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2024, em comparação com 334 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2022.

<sup>3</sup> Equivalente de urânio natural contido nos produtos importados.

<sup>4</sup> Desde abril de 2025, a Chéquia já não importa petróleo russo.

<sup>5</sup> Em 2024, a UE pagou por energia russa um total de 23 mil milhões de EUR, incluindo mil milhões de EUR por combustíveis nucleares. Fonte: COMEX.

Limpa, o Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis e a Estratégia Europeia para uma União da Preparação reforçam ainda mais este compromisso. Estas iniciativas reconhecem o impacto negativo das importações de energia russa na segurança económica e na competitividade europeias.

Quando combinada com a implantação acelerada das energias renováveis<sup>6</sup>, nomeadamente gases renováveis, uma maior eletrificação, eficiência energética e fontes de aprovisionamento alternativas, a eliminação progressiva do consumo dos combustíveis russos contribuirá para os objetivos do Pacto da Indústria Limpa e do Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis. O presente roteiro não prejudica eventuais sanções futuras da UE.

### **Ações empreendidas para reduzir a dependência da energia russa**

A UE já reduziu significativamente as dependências e as importações de energia da Rússia, graças a 16 pacotes de sanções<sup>7</sup>. As sanções proibiram efetivamente as importações de carvão e de petróleo da Rússia para a UE e proibiram a transferência de cargas nos portos da UE que transportem GNL proveniente da Rússia. Deve ser dada especial atenção à questão do contorno das sanções da UE impostas ao petróleo recorrendo a navios da «frota-fantasma».

A execução do plano REPowerEU também contribuiu significativamente para reduzir a procura de gás<sup>8</sup>. Prevê-se que a plena execução da transição energética e o recente Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis substituam até 100 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás natural até 2030, o que corresponde a uma poupança à UE de mais de 15 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás por ano ou a uma nova redução da procura de gás de 40 a 50 mil milhões de m<sup>3</sup> até 2027<sup>9</sup>, o que facilitará igualmente a eliminação progressiva das importações de gás russo.

Como resultado da ação coordenada entre a Comissão e os Estados-Membros e do reforço da diplomacia energética da UE junto dos parceiros internacionais, as importações de gás (GNL e gasoduto) provenientes da Rússia diminuíram de 45 % em 2021 para 19 % em 2024. Estas importações foram substituídas por aprovisionamentos provenientes de fontes mais fiáveis e de energia produzida internamente, bem como por uma redução do consumo, quando possível. As projeções apontam para uma nova queda para 13 % em 2025, com o fim do corredor de trânsito ucraniano. A quota das importações de petróleo russo diminuiu também de 27 % no início de 2022 para 3 % atualmente. Apesar de progressos significativos, o aprovisionamento russo de gás, petróleo e energia nuclear continua a fazer parte da matriz energética da UE, o

---

<sup>6</sup> Meta de uma quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia da UE de, pelo menos, 42,5 % até 2030, mas tendo em vista 45 %.

<sup>7</sup> O 16.º pacote de sanções, adotado em 24 de fevereiro, inclui a proibição do armazenamento temporário de petróleo russo e visa a «frota-fantasma». [UE adota o 16.º pacote de sanções contra a Rússia](#). O gás natural russo não está incluído nos pacotes de sanções; [ver também Cronologia — Sanções da UE contra a Rússia — Conselho](#).

<sup>8</sup> Dezoito por cento entre agosto de 2022 e janeiro de 2025.

<sup>9</sup> Estimativas baseadas nas projeções a longo prazo do CETO da Comissão, ajustadas para ter em conta a recente evolução da procura de gás. As projeções refletem as informações e expectativas atualmente disponíveis e, como tal, estão sujeitas às incertezas relacionadas com a evolução imprevisível, por exemplo, dos preços da energia, da situação geopolítica e dos avanços tecnológicos das tecnologias limpas.

que representa riscos para a nossa segurança económica e permite o apoio financeiro à economia russa de guerra.

Com base na recente sincronização dos Estados bálticos e no termo do acordo de trânsito de gás com a Ucrânia, o presente roteiro visa continuar a promover a independência da UE em relação à energia russa através da eliminação progressiva das importações de gás, energia nuclear e petróleo, a fim de reduzir os riscos de instrumentalização do aprovisionamento energético e impedir que receitas da UE sejam direcionadas para o orçamento da Rússia.

A Comissão e os Estados-Membros trabalharam em estreita colaboração para garantir que a segurança do aprovisionamento não seria afetada pelo fim do trânsito de gás russo através da Ucrânia em dezembro de 2024<sup>10</sup>. Embora o impacto tenha variado consoante as regiões, de uma forma geral a segurança do aprovisionamento e os preços não foram afetados de forma significativa em toda a UE. Este facto demonstra que as ações preparatórias coordenadas a nível da UE, os esforços de diversificação e uma abordagem gradual da eliminação progressiva das importações russas são essenciais para preservar a estabilidade dos preços, a previsibilidade do mercado e a segurança do aprovisionamento na UE.

As ações apresentadas no presente roteiro devem ser executadas a nível da UE e de forma coordenada, de modo a minimizar o impacto nos preços da energia, a estabilizar os mercados da energia através de fontes de aprovisionamento alternativas seguras e previsíveis e a procurar oferecer segurança jurídica.

## **2. NECESSIDADE DE TOMAR MEDIDAS**

### **2.1 Dependências em relação às importações de gás russo**

A Rússia ameaçou repetidamente a segurança do aprovisionamento da UE, ao reduzir unilateralmente os fluxos de gás para os seus clientes europeus em 2006, 2009, 2014 e, mais recentemente, em 2022, após a sua agressão da Ucrânia, bem como no período que antecedeu a invasão. A eliminação progressiva das importações de gás russo é, por conseguinte, fundamental para reforçar a segurança energética da UE contra a instrumentalização das importações de energia. Reduzirá igualmente as receitas da Rússia utilizadas para financiar a guerra injustificada contra a Ucrânia e prosseguir o seu reforço militar.

Entre 2021 e 2023, a UE reduziu as importações de gás russo em mais de 70 %, passando de 150 mil milhões para 43 mil milhões de m<sup>3</sup>. Em 2024, esta tendência descendente cessou e as importações provenientes da Rússia aumentaram. As importações de GNL aumentaram 12 % em comparação com 2023, passando de 18 mil milhões para 20 mil milhões de m<sup>3</sup>, e as

---

<sup>10</sup> Acordo de trânsito entre a Naftogaz e a Gazprom.

importações por gasoduto aumentaram 26 %, passando de 25 mil milhões para 32 mil milhões de m<sup>3</sup>.

Vários Estados-Membros tomaram medidas atempadas para reduzir ou mesmo proibir as importações de gás russo, nomeadamente através da rescisão dos contratos existentes com fornecedores de gás russos<sup>11</sup>. No entanto, mesmo após o fim do trânsito através da Ucrânia em 2025, o gás russo continua a representar cerca de 13 % do total das importações de gás da UE. Atualmente, cerca de dois terços das importações de gás russo têm por base contratos a longo prazo, com destino à UE, enquanto cerca de um terço é fornecido à vista (a curto prazo). Não se prevê que os volumes remanescentes sejam eliminados sem novas medidas a nível europeu, dada a ausência de incentivos comerciais e os contratos a longo prazo existentes.

É necessária uma ação a nível da UE para eliminar progressivamente esse aprovisionamento de gás e, ao mesmo tempo, assegurar aprovisionamentos alternativos por parte de parceiros internacionais através de GNL ou de gás transportado por gasoduto, sem criar novas dependências. Neste contexto, será importante que a capacidade das infraestruturas reservadas a longo prazo para as importações russas seja disponibilizada para importações de gás proveniente de fontes alternativas. A UE já apoiou de forma significativa os esforços de diversificação com 184,7 mil milhões de EUR para iniciativas relacionadas com a energia no âmbito dos planos nacionais de recuperação e resiliência e do Mecanismo Interligar a Europa — Energia (MIE), com 5,84 mil milhões de EUR (2021-2027) para o financiamento de infraestruturas transfronteiriças e com 55 mil milhões de EUR do orçamento da política de coesão da UE<sup>12</sup>.

Apesar do progresso da transição energética, o gás continuará a fazer parte da matriz energética da UE nas próximas décadas<sup>13</sup>. A fim de assegurar um aprovisionamento estável, as medidas destinadas a eliminar progressivamente o consumo do gás russo devem ser acompanhadas de esforços para diversificar a carteira de aprovisionamento da UE. Tal poderá ser alcançado através de ações conjuntas, nomeadamente a agregação da procura a nível da UE, e da celebração de acordos de aprovisionamento a longo prazo a preços competitivos<sup>14</sup> com fornecedores alternativos, se for caso disso. O futuro Novo Pacto para o Mediterrâneo e a Iniciativa Transmediterrânica no domínio da Energia, em particular, proporcionarão

---

<sup>11</sup> A Estónia, a Lituânia, a Letónia, a Dinamarca, a Finlândia, a Suécia, a Alemanha, a Polónia, a Croácia, Malta, a Irlanda, o Luxemburgo, a Áustria e a Chéquia proibiram ou interromperam o aprovisionamento de gás proveniente da Rússia. No entanto, alguns Estados-Membros poderão ser indiretamente abastecidos com gás de origem russa através de aquisições no mercado grossista.

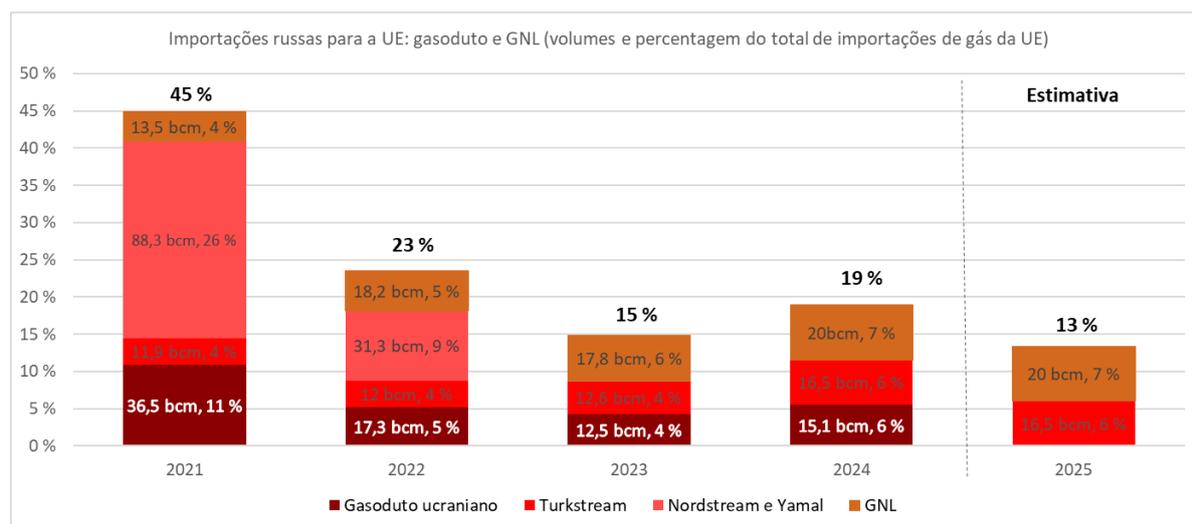
<sup>12</sup> A proposta de revisão intercalar da política de coesão alargará as possibilidades de investimento na transição energética, COM(2025) 123 final.

<sup>13</sup> Ver as projeções da meta climática da UE para 2040, SWD(2024) 63 final. Até 2040, o aprovisionamento de combustíveis fósseis para utilização energética diminuirá mais de 70 % em comparação com o atual. Mais de metade de todos os combustíveis fósseis utilizados na UE em 2050 serão utilizados no setor não energético como matéria-prima para processos químicos (plástico, fertilizantes, etc.). A eliminação progressiva das importações de gás natural fóssil da Rússia acelerará a trajetória de transição. Estima-se que o consumo de gás natural, biometano e biogás seja de aproximadamente 105-155 Mtep até 2040 (4,5-6,5 EJ). Em 2050, o consumo desses combustíveis gasosos na UE situar-se-á ainda entre 70 Mtep e 80 Mtep em todos os cenários (3,0-3,5 EJ).

<sup>14</sup> Por exemplo: preços de plataformas, índices e índices de referência europeus ou internacionais (TTF, Henri Hub, etc.).

oportunidades concretas para reforçar ainda mais a diversificação do aprovisionamento energético.

Os esforços de diversificação não devem ser comprometidos por acordos que envolvam *swaps*, ou seja, aquisições de gás de facto russo a terceiros. Estas práticas são contrárias aos objetivos do REPowerEU, uma vez que mantêm os fluxos de receitas para a Rússia e a UE vulnerável à manipulação de preços.



## 2.2 Dependências em relação à Rússia no setor nuclear

Ao contrário das dependências no setor do gás, as dependências no setor nuclear são multifacetadas. A Rússia fornece produtos e serviços a clientes da UE ao longo de todo o ciclo do combustível nuclear. A dependência é mais significativa nos cinco Estados-Membros com reatores de concepção russa<sup>15</sup>, também conhecidos como VVER, que dependem tradicionalmente de combustível proveniente de um fornecedor russo. Do mesmo modo, outros Estados-Membros têm recorrido à Rússia para materiais nucleares, peças sobresselentes ou serviços relacionados com o ciclo do combustível nuclear. A Rússia detém igualmente uma posição forte no fornecimento de determinados radioisótopos para procedimentos médicos.

### 2.2.1 Substituição de combustíveis nucleares russos por fornecedores alternativos nos cinco Estados-Membros com reatores nucleares de concepção russa

Registaram-se progressos na substituição do combustível nuclear russo por combustível de outros produtores nos cinco Estados-Membros com reatores VVER de concepção russa. Em quatro dos cinco Estados-Membros em causa, os serviços de utilidade pública assinaram, desde 2022, contratos de fornecimento de combustível alternativo. Ainda assim, o combustível alternativo tem de ser testado e licenciado em cada Estado-Membro, antes de poder substituir o combustível russo. Em 2024, foram carregados os primeiros conjuntos de combustível de

<sup>15</sup> Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Finlândia e Hungria.

ensaio em reatores na Bulgária e na Finlândia. A UE está também a apoiar financeiramente o desenvolvimento de combustíveis alternativos através dos seus projetos SAVE e APIS<sup>16</sup>. Em caso de alterações súbitas das políticas, podem surgir riscos para a segurança do aprovisionamento a curto e a médio prazo.

O desenvolvimento de combustíveis nucleares alternativos para reatores VVER e o respetivo licenciamento devem ser agilizados e a contratação de fornecedores alternativos deve avançar rapidamente no sentido de uma substituição total do aprovisionamento russo. Podem ser retirados ensinamentos importantes da experiência na Ucrânia, onde também estão a ser realizados progressos na utilização de combustíveis alternativos não russos, nomeadamente a sua experiência em matéria de licenciamento relacionado com a segurança nuclear e ensaio de combustíveis.

### **2.2.2 Diversificação do aprovisionamento e criação de capacidades alternativas no ciclo do combustível nuclear para todos os Estados-Membros com instalações nucleares**

Embora, em 2024, a UE tenha adquirido mais de 14 % do urânio à Rússia, o mercado mundial de urânio natural e trabalhado é bastante diversificado<sup>17</sup>. Um obstáculo importante é a concentração dos serviços de conversão e enriquecimento de urânio — necessários para transformar o urânio trabalhado em material destinado ao fabrico de combustível nuclear — num número limitado de empresas. Dessas empresas, as que se situam na UE ou noutros países ocidentais não estão atualmente em condições de satisfazer a procura global, devido à capacidade limitada das instalações de conversão e enriquecimento que se encontram em funcionamento. Em 2024, cerca de 23 % da procura total da UE por serviços de conversão de urânio foi satisfeita pela Rússia e, no que se refere aos serviços de enriquecimento de urânio, a Rússia cobriu quase 24 % das necessidades da UE<sup>18</sup>.

Embora as empresas europeias de enriquecimento tenham anunciado planos para aumentar a sua capacidade atual de enriquecimento, a primeira nova instalação para esse fim não está prevista para antes de 2027. Além disso, a indústria mundial de conversão de urânio enfrenta obstáculos ao aumento da produção devido à complexidade tecnológica e às incertezas do mercado, sendo atualmente anunciadas novas capacidades de conversão apenas para o início da década de 2030. O setor nuclear da UE continua também a depender da Rússia para algumas peças sobresselentes e serviços de manutenção. A continuação da cooperação internacional, como no contexto do G7, é essencial para assegurar uma capacidade suficiente de enriquecimento e conversão, bem como peças sobresselentes e serviços nos próximos anos. A

---

<sup>16</sup> A UE está a apoiar financeiramente o desenvolvimento de combustíveis alternativos para reatores VVER pela Westinghouse (projeto APIS) e pela Framatome (projeto SAVE), com subvenções no montante de 10 milhões de EUR para cada projeto (num total de 20 milhões de EUR) através do Programa Euratom de Investigação e Formação.

<sup>17</sup> Embora mais de 85 % do urânio seja produzido em seis países (Cazaquistão, Canadá, Austrália, Namíbia, Níger e Rússia), estão atualmente a funcionar minas de urânio em muitos países e existem também depósitos que ainda não foram explorados em alguns Estados-Membros da UE.

<sup>18</sup> Quotas de mercado com base em dados provisórios de 2024.

revisão pela Comissão da abordagem relativa ao aprovisionamento de urânio enriquecido apoiará igualmente o reforço da segurança do aprovisionamento e a abertura a fornecedores fiáveis.

Por último, existe uma dependência significativa em relação à Rússia no que respeita a determinados radioisótopos estáveis utilizados para produzir radioisótopos médicos para tratamento do cancro. A UE precisa de intensificar os esforços no sentido de desenvolver na UE a produção desses radioisótopos médicos, em benefício de todos os Estados-Membros. Será importante, em especial, reforçar a cadeia de abastecimento de radioisótopos, garantindo o acesso às matérias-primas, melhorar a produção de radioisótopos à escala industrial e apoiar a investigação e a inovação em novas terapias de medicina nuclear.

### **2.3 Dependências em relação à Rússia no setor petrolífero**

Em 2022, o petróleo bruto russo representava 27 % das importações de petróleo bruto da UE, representando atualmente apenas 3 %. Esta é uma consequência direta da introdução e da aplicação efetiva de sanções da UE, que proibiram as importações de petróleo bruto russo por via marítima a partir de dezembro de 2022 e de produtos petrolíferos refinados a partir de fevereiro de 2023.

No entanto, no final de 2024, o petróleo russo por oleoduto representava uma parte importante do total das importações da Chéquia, da Eslováquia e da Hungria, que beneficiam atualmente de isenções temporárias do regime de sanções da UE.

Com a conclusão do projeto TAL-PLUS em abril de 2025, a Chéquia está agora em condições de substituir o seu aprovisionamento de petróleo russo por fontes alternativas. Por outro lado, o petróleo russo representa mais de 80 % do total das importações de petróleo da Eslováquia e da Hungria<sup>19</sup>. Esta grande dependência pode constituir um risco para a segurança do seu aprovisionamento. A Comissão continua a apoiar estes Estados-Membros na substituição progressiva do petróleo russo e na garantia de fornecedores alternativos através do oleoduto Adria.

A Rússia recorreu a uma frota-fantasma de navios-tanque para manter as suas exportações de petróleo e contornar as sanções. Estes navios são muitas vezes antigos, estão em mau estado e têm proprietários e seguros duvidosos. Por conseguinte, representam um risco concreto para o ambiente devido ao perigo de derrames de petróleo e de outras fontes de poluição por navios, que podem causar catástrofes ambientais. A UE sancionou navios específicos, levou a cabo extensas ações diplomáticas junto dos Estados do pavilhão e dos Estados do porto e reforçou as obrigações em matéria de segurança marítima, nomeadamente através de uma ação conjunta dos países do Norte-Báltico 8++<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> De acordo com informações da COMEXT de 2024 e 2023.

<sup>20</sup> Os países do Norte-Báltico 8++ incluem a Alemanha, a Dinamarca, a Estónia, a Finlândia, a Islândia, a Letónia, a Lituânia, a Noruega, os Países Baixos, a Polónia, o Reino Unido e a Suécia.

Será necessário mais trabalho e ações para perturbar e dissuadir a frota-fantasma da Rússia, reforçando simultaneamente a proteção ambiental e a segurança marítima e reduzindo o financiamento da economia de guerra da Rússia.

### **3. AÇÕES PARA ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE AS IMPORTAÇÕES DE ENERGIA DA RÚSSIA**

#### **3.1 Gás transportado por gasoduto e GNL**

##### **Ação n.º 1: transparência, monitorização e rastreabilidade**

A transparência, a monitorização e a rastreabilidade são o ponto de partida necessário para a eliminação gradual efetiva do consumo do gás russo e para assegurar a sua execução. A legislação da UE em vigor já contribuiu para uma maior transparência e rastreabilidade das importações de gás para a UE, mas as informações não são suficientemente pormenorizadas:

- as regras da UE<sup>21</sup> exigem que os Estados-Membros comuniquem à Comissão determinados elementos dos contratos de gás, como os contratos a longo prazo que abrangem o gás de origem russa. Estes elementos são partilhados pelos Estados-Membros sem divulgar a identidade das contrapartes dos contratos individuais. A totalidade dos contratos só pode ser solicitada em circunstâncias específicas,
- em conformidade com a legislação da UE<sup>22</sup>, algumas informações sobre o gás importado são comunicadas às autoridades aduaneiras quando entram no território aduaneiro da União. No entanto, não existe qualquer obrigação de informar as autoridades nacionais responsáveis pela política energética.

Embora alguns Estados-Membros disponham de regras nacionais relativas à rastreabilidade do gás russo<sup>23</sup>, não existe um quadro coerente da UE em matéria de transparência, monitorização e rastreabilidade das importações de gás russo para a UE.

Por conseguinte, a Comissão proporá as medidas necessárias para uma monitorização e rastreabilidade mais eficazes. Uma medida exigirá que as empresas forneçam informações sobre os contratos de gás russo (por exemplo, volumes, duração) às autoridades competentes dos Estados-Membros e à Comissão. Outra ação assegurará a partilha de informações sobre as importações efetivas de gás russo entre as autoridades aduaneiras, as autoridades nacionais responsáveis pela energia e pela segurança e a Comissão.

---

<sup>21</sup> Artigo 14.º do Regulamento (UE) 2017/1938.

<sup>22</sup> [Código Aduaneiro da União](#).

<sup>23</sup> Por exemplo, em Espanha, [www.enagas.es](http://www.enagas.es).

Estas medidas darão aos governos e à Comissão acesso a informações pertinentes sobre o gás russo que entra nos seus sistemas energéticos, permitindo a aplicação de medidas específicas e eficazes a nível da UE e a preparação de fontes de aprovisionamento alternativas. Com estas informações, a Comissão estará também mais bem equipada para coordenar as ações a nível da UE com vista à eliminação progressiva em toda a União Europeia e à preparação de fontes de aprovisionamento alternativas.

Para o efeito, a Comissão prevê apresentar, até ao próximo mês, uma proposta legislativa sobre as regras para uma maior transparência, monitorização e rastreabilidade do gás russo. Com vista a reforçar a segurança do aprovisionamento e a preparação, a Comissão pretende incluir requisitos de transparência semelhantes para todas as importações de gás para a UE na futura revisão da arquitetura de segurança energética, prevista para 2026.

### **Ação n.º 2: planos nacionais de apoio à ação da UE para eliminar progressivamente o consumo do gás russo**

Uma eliminação progressiva bem preparada, ordenada e segura do consumo do gás russo da UE minimiza o impacto nos preços, nos mercados e na segurança do aprovisionamento. A Comissão tenciona propor legislação que exija que os Estados-Membros planeiem e monitorizem a eliminação progressiva do consumo do gás russo em toda a UE<sup>24</sup>.

Os planos nacionais devem, nomeadamente, definir:

- o volume das importações de gás russo ao abrigo dos contratos existentes, incluindo contratos com cláusulas de aquisição firme<sup>25</sup>,
- um calendário, incluindo objetivos intermédios de apoio às medidas da UE para conseguir eliminar progressivamente o consumo do gás russo,
- opções de diversificação e capacidades técnicas para substituir o gás russo, nomeadamente através da cooperação entre grupos regionais existentes.

A Comissão apoiará os Estados-Membros na preparação destes planos, através de grupos de trabalho e de coordenação estabelecidos, como o Grupo de Coordenação do Gás, ou de um subgrupo específico, bem como de grupos regionais.

A Comissão prevê apresentar no próximo mês uma proposta legislativa sobre os planos nacionais para a eliminação progressiva do consumo de gás russo e recomenda que os Estados-Membros apresentem já os seus primeiros planos nacionais até ao final de 2025, a fim de permitir uma eliminação progressiva segura, coordenada e bem preparada.

---

<sup>24</sup> Ver as regras propostas para a eliminação progressiva no âmbito da *ação 3* mais adiante.

<sup>25</sup> Um contrato de aquisição firme é um tipo de acordo comumente utilizado no setor da energia, em especial na venda de gás. Este contrato estipula que o comprador deve adquirir uma certa quantidade de gás ou pagar uma indemnização predeterminada caso não efetue essa aquisição.

### **Ação n.º 3: proibição gradual das importações de gás russo**

Tendo por base os preparativos conjuntos europeus e a avaliação do impacto das medidas aplicadas pela Comissão desde a Declaração de Versalhes, nomeadamente os efeitos na segurança do aprovisionamento de gás, no mercado, nos preços e nos aspetos jurídicos (incluindo os contratos), a Comissão tenciona propor medidas jurídicas para a efetiva eliminação progressiva das importações de gás da Rússia.

Desde que a eliminação progressiva seja gradual e sejam asseguradas fontes de aprovisionamento alternativas, a proibição das importações de gás russo deverá ter um impacto limitado nos preços e na segurança do aprovisionamento dos Estados-Membros, pelas seguintes razões:

- a aplicação das metas da UE em matéria de energia e dos quadros regulamentares de apoio<sup>26</sup> agilizará a implantação das energias renováveis e da eficiência energética em toda a UE. Estima-se que a UE possa poupar anualmente mais de 15 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás, reduzindo a procura global de gás da UE entre 40 e 50 mil milhões de m<sup>3</sup> até 2027,
- de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), prevê-se que venha a estar disponível um aprovisionamento adicional de GNL a nível mundial nos próximos anos, melhorando o equilíbrio do mercado mundial<sup>27</sup>. Embora a oferta nos mercados mundiais de GNL se venha a manter restrita em 2025, estão previstas novas capacidades entre 85 e 90 mil milhões de m<sup>3</sup> para o final de 2026, em especial dos EUA, do Canadá, do Catar e de países africanos. Espera-se que este valor seja superior ao aumento previsto da procura mundial. Até 2030, a capacidade mundial de exportação de GNL deverá aumentar cerca de 250 mil milhões de m<sup>3</sup>, o que representa um aumento de quase 50 % em comparação com a atual oferta de GNL,
- os Estados-Membros estão bem equipados para receber fornecimentos de GNL dos parceiros mundiais, devido a esforços coordenados e aos investimentos efetuados no início da crise energética. Entre 2022 e 2024, foram encomendados um máximo histórico de 12 novos terminais de GNL e seis projetos de expansão, acrescentando 70 mil milhões de m<sup>3</sup> de capacidade de importação de GNL para a UE. Aqui se incluem os terminais de GNL em Alexandrópolis (Grécia), Ravena (Itália), Krk (Croácia), Swinoujscie (Polónia) e Wilhelmshaven 2, Mukran, Stade e Lubmin (Alemanha).

---

<sup>26</sup> Incluindo a Diretiva Energias Renováveis em vigor, o pacote legislativo relativo aos mercados do hidrogénio e do gás descarbonizado, a Diretiva Eficiência Energética, a configuração do mercado da eletricidade, o Plano de Ação para as Redes, o Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis e o Plano de Ação para a Eletrificação previsto.

<sup>27</sup> Fonte: [AIE, «World Energy Outlook 2024»](#) e [AIE, «Gas Market Report Q1 2025»](#).

Consequentemente, a capacidade total de importação de GNL da UE ascende a cerca de 250 mil milhões de m<sup>3</sup> por ano, mais do dobro das importações atuais de GNL,

- nos próximos anos, ficarão também disponíveis mais volumes de gás na Europa Central e do Sudeste, uma região tradicionalmente dependente do aprovisionamento de gasodutos russos. A partir de 2027, prevê-se que o campo de gás ao largo do projeto Neptun Deep na Roménia produza anualmente 8 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás natural nos primeiros dez anos de funcionamento. A partir de 2026, a capacidade do gasoduto transadriático será alargada em 1,2 mil milhões de m<sup>3</sup>, permitindo um aumento das importações de gás a partir do Azerbaijão,
- a infraestrutura de gás na UE é suficientemente flexível, com rotas alternativas e pontos de interligação transfronteiriços que permitem a todos os Estados-Membros aceder às importações de GNL e de gás por gasoduto provenientes de fontes não russas. Desde 2022, os Estados-Membros construíram infraestruturas essenciais e outras serão concluídas até ao final de 2028.

Cerca de dois terços das importações da Rússia de GNL e de gás por gasoduto têm por base contratos de longo prazo existentes que têm como destino a UE. Os restantes volumes são fornecidos a curto prazo (à vista), tendo os importadores decidido sobre as aquisições com base nas suas necessidades e nas condições prevalecentes no mercado. Com uma duração contratual mais longa e volumes mais elevados nos contactos de longo prazo existentes do que os volumes normalmente adquiridos nos contratos de fornecimento à vista, afigura-se adequado organizar a eliminação progressiva das importações de gás russo em duas fases, começando imediatamente com todos os novos contratos e os contratos à vista (a curto prazo) existentes.

Uma abordagem faseada para a eliminação das importações de gás russo permitirá aos mercados ajustarem-se melhor, bem como minimizarem o impacto no mercado e as potenciais implicações para a segurança do aprovisionamento.

A Comissão garantirá que as medidas destinadas a eliminar as importações de gás russo sejam concebidas de forma a minimizar o impacto económico sobre os intervenientes no mercado e estejam em plena conformidade com o direito da UE e com as obrigações decorrentes do direito internacional.

**a. Proibição de importações ao abrigo de novos contratos e de contratos à vista existentes relacionados com o gás russo**

Uma vez que os contratos à vista dizem respeito a uma parte menos significativa dos volumes globais de gás russo e dizem respeito a entregas a curto prazo, é possível eliminar progressivamente os volumes correspondentes num prazo relativamente mais curto. A Comissão prevê apresentar no próximo mês uma proposta legislativa para proibir todas as importações ao abrigo de novos contratos e de contratos à vista existentes de gás russo. Essa proibição deverá produzir efeitos, o mais tardar, até ao final de 2025.

**b. Proibição de importações de gás russo ao abrigo de contratos a longo prazo existentes**

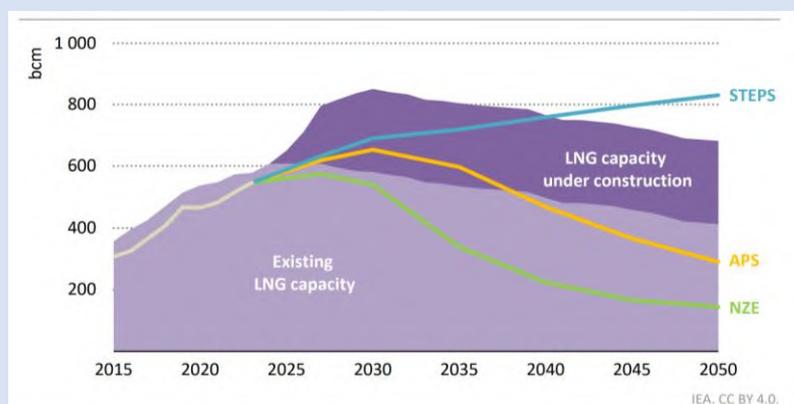
A Comissão prevê propor no próximo mês medidas para proibir as restantes importações de gás russo, tanto por gasoduto como GNL, ou seja, os volumes importados ao abrigo de contratos a longo prazo existentes. A necessária eliminação progressiva destas importações exige um período de transição mais longo, devido aos volumes mais elevados para os importadores afetados. Esta proibição deverá produzir efeitos, o mais tardar, no final de 2027.

A Comissão contará com a participação dos Estados-Membros em causa e assegurará que a proposta terá por base uma avaliação adequada dos impactos jurídicos e económicos.

### Impacto da eliminação progressiva do consumo do gás russo

Desde o início da crise, a UE tem estado cada vez mais dependente do GNL, que desempenhou um papel fundamental na substituição das importações de gás russo e representa atualmente cerca de 40 % das importações da UE. Consequentemente, os preços do gás na UE estão agora mais expostos à dinâmica dos mercados de GNL de âmbito mundial.

A partir de 2025, o aprovisionamento mundial de GNL deverá crescer a um ritmo cada vez mais elevado, com uma capacidade adicional de 25 a 30 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2025, de cerca de 60 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2026, de cerca de 80 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2027 e de cerca de 40 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2028, o que aumentará a capacidade total de GNL em cerca de 200 mil milhões de m<sup>3</sup> até 2028, cinco vezes mais do que as importações de gás russo para a UE (AIE, «Gas Market Report Q1-2025», janeiro de 2025). De acordo com a AIE (AIE, «World Energy Outlook 2024», outubro de 2024), este facto determinará um excedente de, pelo menos, 130 mil milhões de m<sup>3</sup> de GNL até 2030 (ver gráfico *infra*), o que deverá «depreciar os preços internacionais do gás».



Fonte: Figura 4.7 — World Energy Outlook 2024

Nota: os pontos STEPS, APS e NZE refletem projeções da procura em diferentes cenários.

Embora subsista alguma incerteza quanto ao calendário para a entrada em funcionamento dos novos projetos de GNL, **se forem executados em consonância com a evolução do mercado mundial e com fornecedores fiáveis**, a eliminação progressiva das importações de gás russo deverá ter um impacto limitado nos preços da energia na Europa e na segurança do aprovisionamento.

Tendo em conta a implantação prevista de uma nova capacidade de liquefação, é razoável começar por fornecimentos de contratos à vista (cerca de um terço do total das importações russas). A capacidade de exportação adicional prevista disponível a nível mundial até 2026 (+85-90 mil milhões de m<sup>3</sup>/ano) deverá ser, **em grande medida, suficiente para compensar o volume dos contratos à vista** que a UE deixará de obter da Rússia. Além disso, grande parte dos fornecimentos da Rússia para a UE no âmbito de contratos à vista é GNL e a sua supressão conduzirá provavelmente a uma redistribuição das negociações de GNL entre regiões, sem alteração significativa da oferta disponível a nível mundial.

À medida que o equilíbrio mundial melhorar (+165-170 mil milhões de m<sup>3</sup>/ano de nova capacidade de liquefação até 2027) e que ficar disponível mais produção interna na UE (campo de Neptun Deep),

**Ação n.º 4: apoio à diversificação através da agregação da procura e de uma melhor utilização das infraestruturas**

A garantia de fontes de aprovisionamento alternativas junto de parceiros fiáveis é fundamental para limitar qualquer impacto no mercado ou na segurança do aprovisionamento. Por exemplo, a Noruega, o maior fornecedor de gás da UE, bem como a Roménia e a Grécia, podem contribuir para a diversificação na Europa Central e Oriental, tradicionalmente dominada pelo gás russo, através do gasoduto báltico e do gasoduto transbalcânico, respetivamente. A Comissão prosseguirá o diálogo com fornecedores fiáveis e intensificará substancialmente a sua cooperação energética com países parceiros do Médio Oriente, do Norte de África, em torno do Mar Negro e através da Estratégia Global Gateway<sup>28</sup>.

Paralelamente, devem continuar a ser desenvolvidas alternativas às importações de gás natural, sempre que possível, nomeadamente através da eletrificação ou do reforço da produção de biogás e biometano e de hidrogénio limpo, em consonância com o REPowerEU.

Durante a crise, o mecanismo AggregateEU<sup>29</sup> demonstrou ser um instrumento eficaz que contribuiu para os objetivos do REPowerEU, apoiando as empresas e os consumidores europeus na aquisição de gás não russo. A segunda ronda intercalar de agregação e correspondência da procura no âmbito do mecanismo AggregateEU foi concluída em 26 de março de 2025 e suscitou um interesse significativo, tanto do lado da procura como do lado da oferta, com 29 mil milhões de m<sup>3</sup> de procura, 31 mil milhões de m<sup>3</sup> de oferta e quase 20 mil milhões de m<sup>3</sup> de interesses com correspondência entre oferta e procura. Cobriu a procura de gás entre 2025 e 2030 e permitiu que os compradores indicassem um terminal preferido na UE ou entregas franco a bordo, proporcionando aos compradores uma flexibilidade adicional.

Numa perspetiva de futuro, devem também ser exploradas opções que vão além da agregação da procura, de modo a tirar partido do poder de compra da UE para apoiar os seus esforços de diversificação.

Com base na experiência do mecanismo AggregateEU, a Comissão está a avaliar a viabilidade de uma plataforma para apoiar a expansão e o comércio de moléculas em estado gasoso de origem não fóssil, incluindo biometano.

Além disso, a Comissão está a trabalhar com o setor e outras partes interessadas no sentido de promover a implantação de biogás e biometano sustentáveis. Registaram-se progressos consideráveis desde a adoção do Plano de Ação para o Biometano em 2022, nomeadamente através da Parceria Industrial do Biometano. Aproveitando a conclusão bem-sucedida desta parceria, a Comissão criará uma nova rede de biogás de Estados-Membros no âmbito de um contrato tripartido, para responder melhor às necessidades divergentes em diferentes domínios da UE e incluir as partes interessadas nacionais e locais.

---

<sup>28</sup> Ver, sobre a Estratégia Global Gateway: [Estratégia Global Gateway — Comissão Europeia](#).

<sup>29</sup> [AggregateEU — Comissão Europeia](#).

Tendo em conta os desafios específicos que se colocam aos Estados-Membros e às partes contratantes da Comunidade da Energia na Europa Central e do Sudeste no comércio transfronteiriço, a Comissão trabalhará no âmbito do Grupo de Alto Nível para a Conectividade do Gás na Europa Central e do Sudeste<sup>30</sup>, com o Secretariado da Comunidade da Energia<sup>31</sup> e com os países do alargamento, a fim de maximizar a utilização das infraestruturas existentes, tendo como objetivo eliminar os obstáculos regulamentares e de mercado, bem como reforçar a diversificação e ajudar os países candidatos a reduzir as suas dependências das importações de energia russa.

### **3.2. Energia nuclear**

#### **Ação n.º 5: novas restrições à eliminação progressiva das importações russas de urânio, urânio enriquecido e outros materiais nucleares**

Ao contrário das dependências no setor do gás, as dependências no setor nuclear são multifacetadas e podem ainda surgir riscos para a segurança do aprovisionamento a curto e médio prazo em caso de alterações súbitas de políticas. Por conseguinte, o objetivo desta ação é apoiar a eliminação progressiva gradual do aprovisionamento, a partir da Rússia, de urânio, urânio enriquecido e outros materiais nucleares utilizados no fabrico de combustível para reatores nucleares europeus, nomeadamente pelo fornecedor russo do combustível para reatores VVER de conceção russa.

##### **a. Medidas relativas ao urânio enriquecido**

A Comissão procurará tornar as importações russas de urânio enriquecido economicamente menos viáveis apresentando, no próximo mês, medidas comerciais em matéria de importação de urânio enriquecido. Estas medidas criarão condições de concorrência equitativas e incentivarão decisões políticas e empresariais nos Estados-Membros em causa para acelerar o investimento e o reforço das capacidades, desenvolver uma cadeia de valor da UE e procurar uma diversificação gradual em relação à Rússia, permitindo simultaneamente aprovisionamentos de outros parceiros internacionais.

##### **b. Restrições aos contratos coassinados pela Agência de Aprovisionamento da Euratom**

No próximo mês, a Comissão prevê igualmente restringir os novos contratos de aprovisionamento de urânio, urânio enriquecido e outros materiais nucleares coassinados pela Agência de Aprovisionamento da Euratom<sup>32</sup> com fornecedores russos, a partir de uma

---

<sup>30</sup> Conectividade do Gás na Europa Central e do Sudeste.

<sup>31</sup> [Comunidade da Energia](#).

<sup>32</sup> Ver artigo 52.º em conjugação com o artigo 197.º do Tratado Euratom.

determinada data. As entregas ao abrigo de contratos existentes continuarão, mas as prorrogações e os novos contratos de aprovisionamento deixarão de ser aprovados pela Agência de Aprovisionamento da Euratom. Esta medida reforçará a segurança do aprovisionamento e a previsibilidade a longo prazo e apoiará os agentes industriais e económicos europeus envolvidos nas atividades do ciclo do combustível nuclear, proporcionando garantias e previsibilidade às decisões de investimento.

**Ação n.º 6: obrigação de diversificação e transparência: planos nacionais para a eliminação progressiva do aprovisionamento russo de âmbito nuclear**

A Comissão procurará que os Estados-Membros atuem de forma sistemática para eliminar progressivamente o aprovisionamento russo de combustível, serviços de abastecimento de combustível e peças sobresselentes de âmbito nuclear, bem como para os substituir, ao longo do tempo, por alternativas totalmente europeias. Os Estados-Membros terão de elaborar planos nacionais com ações e prazos concretos e recomenda que os Estados-Membros apresentem já os seus primeiros planos nacionais até ao final de 2025, com o objetivo de proporcionar garantias e previsibilidade aos agentes económicos aquando da tomada de decisões de investimento, de modo a disponibilizar uma capacidade suficiente de conversão e enriquecimento de urânio.

Concretamente, a Comissão prevê apresentar, no próximo mês, uma proposta legislativa com metas específicas para os Estados-Membros:

- substituírem os combustíveis nucleares russos por combustíveis alternativos, através da agilização da contratação e do licenciamento desses combustíveis e do desenvolvimento de mais alternativas plenamente europeias,
- eliminarem progressivamente a dependência da Rússia em relação ao urânio, ao urânio enriquecido e a outros materiais nucleares,
- aumentarem a transparência das dependências e incentivarem a diversificação do aprovisionamento russo de peças sobresselentes e serviços de manutenção.

A Comissão e a Agência de Aprovisionamento da Euratom manterão o seu compromisso e diálogo com os cinco Estados-Membros afetados e as partes interessadas do setor nuclear, a fim de assegurar uma boa coordenação e monitorização da evolução dos esforços de diversificação.

**Ação n.º 7: aumento da produção da UE: proposta de uma Iniciativa Europeia Vale dos Radioisótopos**

A Comissão tenciona propor a criação de uma estrutura da UE — um Vale Europeu de Radioisótopos — para garantir o aprovisionamento da UE de radioisótopos médicos através do aumento da produção própria, reduzir a dependência da UE de fornecedores estrangeiros, em

especial da Rússia, e aumentar a resiliência da cadeia de abastecimento europeia, tendo em conta as diferentes necessidades dos Estados-Membros.

#### **Impacto da eliminação progressiva das importações russas de âmbito nuclear**

Embora os esforços de diversificação possam criar volatilidade dos preços do urânio e do combustível no acesso ao abastecimento de urânio nos mercados mundiais, é pouco provável que se verifiquem grandes impactos nos preços da eletricidade, uma vez que o preço do combustível nuclear e dos serviços conexos representa apenas uma pequena parte do custo final da eletricidade proveniente de centrais nucleares.

A curto prazo, subsistem alguns riscos em matéria de segurança do aprovisionamento relacionados com o aprovisionamento de âmbito nuclear proveniente da Rússia. No entanto, espera-se que os seguintes fatores atenuem estes riscos:

- ❖ os Estados-Membros que exploram reatores nucleares VVER dispõem de reservas de combustível nuclear que satisfazem as suas necessidades nos próximos anos,
- ❖ os combustíveis provenientes de fornecedores alternativos podem estar disponíveis e licenciados a curto prazo, antes de se esgotarem as reservas,
- ❖ está a ser construída uma capacidade adicional de serviços relacionados com o ciclo do combustível nuclear, que deverá estar disponível de curto a médio prazo.

Para além de atenuarem os riscos para a segurança do aprovisionamento, as medidas propostas serão cuidadosamente calibradas e gradualmente introduzidas, a fim de proporcionar previsibilidade aos agentes económicos, criar um efeito de incentivo e evitar distorções no mercado.

### **3.3 Petróleo**

#### **Ação n.º 8: planos nacionais para eliminar progressivamente o consumo do petróleo russo e assegurar fontes de aprovisionamento alternativas**

Em consonância com a proposta de elaboração de planos nacionais para a eliminação progressiva do consumo do gás russo, a Comissão recomenda que os dois Estados-Membros em causa planeiem e monitorizem a eliminação progressiva das importações de petróleo provenientes da Rússia. Estão disponíveis infraestruturas suficientes para substituir essas importações de petróleo por um aprovisionamento que não seja russo. Por conseguinte, a Comissão tenciona propor uma obrigação que imponha a tais Estados-Membros a elaboração desse plano e a respetiva monitorização.

Os Estados-Membros em causa deverão elaborar e apresentar à Comissão planos nacionais que definam as suas estratégias de substituição das importações russas de petróleo até ao final de 2027, devendo conter:

- um calendário, incluindo objetivos intermédios com as medidas correspondentes, para conseguir a eliminação progressiva do consumo do petróleo russo,
- opções de diversificação e capacidades técnicas para substituir o petróleo russo,

- o volume das importações de petróleo russo ao abrigo dos contratos existentes e o seu termo.

Esses planos poderão ser incluídos como um capítulo nos planos nacionais para eliminar progressivamente o consumo do gás russo.

Os grupos de trabalho e de coordenação existentes, como o Grupo de Coordenação do Petróleo ou subgrupos específicos, e os grupos regionais assegurarão a coordenação e o apoio. A Comissão incentiva os Estados-Membros afetados a darem prioridade a infraestruturas de aprovisionamento alternativas, quando disponíveis.

A Comissão prevê apresentar no próximo mês a proposta legislativa sobre os planos nacionais para eliminar progressivamente as restantes importações de petróleo russo e recomenda que os Estados-Membros em causa apresentem já os seus primeiros planos nacionais até ao final de 2025.

#### **Ação n.º 9: continuar a impor e a aplicar sanções a entidades e navios suspeitos de atividades ilícitas**

Para resolver o problema do contorno das sanções da UE impostas ao petróleo recorrendo a navios da «frota-fantasma», estão previstas as seguintes ações:

- prosseguir a sensibilização e o diálogo com os países terceiros em causa,
- trabalhar com parceiros internacionais, nomeadamente com a Organização Marítima Internacional (OMI), a fim de estabelecer e fazer cumprir normas rigorosas de segurança e proteção marítimas,
- incentivar os Estados-Membros a reforçarem a vigilância marítima, tendo por base os serviços integrados oferecidos pela Agência Europeia da Segurança Marítima, permitindo:
  - uma monitorização contínua e partilha de informações sobre navios de interesse para identificar atividades ou comportamentos suspeitos,
  - um reforço da dissuasão das atividades marítimas ilegais e aplicação do direito marítimo internacional,
- a Alta Representante explorará com os Estados-Membros o destacamento de uma missão da UE no âmbito da política comum de segurança e defesa, com vista a:
  - realizar uma vigilância e monitorização contínua das atividades marítimas para identificar navios ou comportamentos suspeitos,
  - dissuadir atividades marítimas ilegais,
  - aplicar o direito marítimo internacional, nomeadamente solicitando ao Estado do pavilhão de um navio suspeito, ou ao seu capitão, que o navio entre no mar territorial de um Estado, onde esse Estado costeiro possa tomar todas as medidas necessárias em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e o seu direito interno,

- subir a bordo e inspecionar navios de interesse no alto mar ou nas zonas económicas exclusivas dos Estados-Membros da UE, quando permitido ao abrigo da CNUDM ou após ter sido obtido o consentimento do Estado de pavilhão para o efeito,
- celebrar acordos com os Estados do pavilhão em causa para obter o seu consentimento para operações de embarque previamente autorizadas no alto mar ou nas zonas económicas exclusivas dos Estados-Membros da UE.

## 4. CONCLUSÃO

O presente roteiro para pôr termo às importações de energia russa visa assegurar a independência da UE em relação à energia russa, através da eliminação progressiva das importações de gás, energia nuclear e petróleo de forma ordenada, segura e bem preparada, em consonância com o objetivo de neutralidade climática da UE.

Complementa os objetivos estratégicos da UE, tal como estabelecidos na Bússola para a Competitividade da UE, no Pacto da Indústria Limpa e no Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis, reduzindo as importações de combustíveis fósseis de fornecedores que criam preocupações em matéria de segurança económica e acelerando a transição para energias limpas, afastando-se dos combustíveis fósseis.

As nove medidas propostas no presente roteiro retirarão efetivamente a energia russa dos mercados da UE, sem comprometer a segurança do aprovisionamento, minimizando simultaneamente o impacto nos preços e nos mercados.

A concretização do roteiro exigirá um forte compromisso, solidariedade, empenho e cooperação de todos os Estados-Membros, das instituições da UE e dos intervenientes no mercado da energia.

A Comissão avaliará o impacto e acompanhará de perto os progressos na eliminação progressiva das importações de energia russa e prestará o apoio necessário a todos os Estados-Membros na resposta a eventuais desafios que possam enfrentar. Estes intercâmbios regulares de informações nos grupos de coordenação e de cooperação regional existentes assegurarão que a UE permanece no bom caminho para cumprir os seus objetivos, procedendo simultaneamente aos ajustamentos necessários de forma atempada e eficaz à luz da segurança do aprovisionamento e da evolução dinâmica do mercado.